

**RICARDO RANZOLIN**

Professor convidado dos cursos de pós-graduação da PUC/RS.

Especialista e Mestre em Direito Processual Civil.

Advogado

# **CONTROLE JUDICIAL DA ARBITRAGEM**



Rio de Janeiro

2011

1ª edição 2011

© *Copyright*  
*Ricardo Ranzolin*CIP Brasil. Catalogação-na-fonte.  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

R163c

Ranzolin Ricardo, 1965

Controle judicial da arbitragem / Ricardo Ranzolin. Rio de Janeiro: GZ Ed., 2011.  
244p.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-62490-53-8

1. Arbitragem e sentença. 2. Acesso à justiça - Brasil. I. Título.

10-5211.

CDU: 347.918

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei nº 9.610/98).

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11.09.1990).

Reservados os direitos de propriedade desta edição pela

GZ EDITORA

Travessa do Paço nº 23, salas 609 e 1.208 Centro  
CEP: 20010-170 – Rio de Janeiro RJ  
Tels.: (21) 2240-1406 / 2240-1416 Fax: (21) 2240-1511  
*e-mail*: contato@editoragz.com.br  
www.editoragz.com.br

## ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Agradecimentos</i> .....	V
<i>Prefácio</i> .....	XI
Introdução .....	i
1. Delimitação da Temática .....	i
2. Metodologia .....	2
Capítulo 1 – Feição Contemporânea da Arbitragem. Projeção da Categoria Jurídica das <i>Alternative Dispute Resolution</i> .....	7
Capítulo 2 – Evolução Legislativa da Arbitragem .....	19
2.1. O Embrião da Arbitragem .....	19
2.2. Breves Registros Históricos da Legislação sobre Arbitragem no Brasil .....	21
2.3. Contexto da Nova Lei Brasileira. A Disseminação da Arbitragem nos Países Desenvolvidos .....	26
2.4. Insuficiência da Legislação Antecedente e as Linhas Gerais da Nova Lei de Arbitragem Brasileira .....	34
Capítulo 3 – Institutos Afins: Distinções em Relação à Arbitragem .....	41
3.1. Arbitragem de Direito Internacional Público .....	41
3.2. Arbitramento .....	42
3.3. Arbitragem Irritual e Pacto de Arbitramento .....	44
3.3.1. Arbitragem irritual .....	44
3.3.2. Pacto de Arbitramento .....	46
Capítulo 4 – Natureza Jurídica da Arbitragem à Luz do Conceito de Jurisdição .....	49
4.1. Principais Proposições Doutrinárias sobre a Natureza da Arbitragem .....	51
4.2. Evolução do Conceito de Jurisdição .....	58
4.2.1. Conceito clássico de jurisdição .....	59
4.2.2. Interdependência entre processo e jurisdição. Concepção atual da unidade jurisdicional à luz das garantias constitucionais .....	63
4.3. Noção de Jurisdição na Constituição Brasileira. A Rígida Delimitação dos Órgãos Jurisdicionais e a Nova Lei de Arbitragem .....	67
4.4. Comparação entre a Natureza do Processo Judicial e a da Arbitragem .....	73
4.4.1. A Teoria do Direito Abstrato de Ação. O caráter público e a forma angular da relação jurídica processual .....	74

4.4.2. Visão geral dos fundamentos do direito à arbitragem e os traços distintivos em relação ao processo judicial .....	79
4.5. Posicionamento da Arbitragem diante da Autotutela, da Autodefesa e da Autocomposição .....	82
<b>Capítulo 5 – Fundamentos do Direito à Arbitragem. A Eficácia da Convenção Arbitral .....</b>	<b>87</b>
5.1. Eficácia Negativa da Convenção Arbitral .....	87
5.1.1. Renúncia ao exercício da pretensão processual insita à Convenção Arbitral .....	87
5.1.2. O direito ao processo como direito subjetivo .....	91
5.1.3. Aplicação dos Princípios da Inafastabilidade do Poder Judiciário e da Demanda em face da Convenção Arbitral.....	94
5.1.3.1. Breve identificação da categoria dos princípios no ordenamento jurídico ...	95
5.1.3.2. Princípio da Inafastabilidade do Poder Judiciário .....	97
5.1.3.3. Princípio da Demanda .....	100
5.1.3.4. Ponderação entre os Princípios da Inafastabilidade do Poder Judiciário e da Demanda e os limites da renúncia ao exercício da pretensão processual .....	101
5.1.4. Eficácia da cláusula compromissória.....	104
5.1.5. Exceção processual de Convenção Arbitral. Inaplicabilidade dos institutos da eleição de foro, da exceção de competência e da litispendência em face da Convenção Arbitral .....	109
5.1.6. Classificação da exceção processual de Convenção Arbitral. A categoria dos impedimentos processuais.....	112
5.2. Eficácia Positiva da Convenção Arbitral.....	115
5.2.1. Panorama das Teorias da Autonomia Privada e do Negócio Jurídico. Fundamentos da eficácia positiva da Convenção Arbitral.....	115
5.2.2. Classificação e objeto da Convenção Arbitral. O negócio jurídico ad finiendam litem .....	122
5.2.3. Convenção Arbitral como negócio jurídico de direito processual e material.....	125
5.2.4. Exuberante regulamentação da arbitragem. Normas de ordem pública como fundamento complementar da eficácia positiva da Convenção Arbitral.....	128
5.2.5. Ações para imposição da Convenção Arbitral.....	132
<b>Capítulo 6 – Aspectos relativos à arbitragem e seu controle judicial. A convivência entre juízo arbitral e estatal.....</b>	<b>137</b>
6.1. Princípio Competência-Competência .....	138
6.2. <i>Separability Concept</i> .....	140
6.3. Condição Jurídica dos Árbitros.....	141
6.4. Princípio da Máxima Equiparação Possível da Decisão Arbitral à Sentença Judicial .....	142
6.5. Decisão Arbitral e as Tutelas Executiva e Mandamental.....	145
6.6. Medidas Coercitivas Aplicadas Diretamente pelo Árbitro .....	148
6.7. Decisão Arbitral e a Tutela de Urgência .....	150
6.7.1. Arbitrabilidade da tutela de urgência .....	150

---

6.7.2. Pressupostos da flexibilização da eficácia negativa da Convenção Arbitral diante da tutela de urgência .....	155
6.7.3. Arbitragem e a tutela antecipatória .....	162
6.7.4. Cabimento da solicitação da execução da tutela de urgência formulada de ofício pelo árbitro .....	164
6.7.5. Procedimento da solicitação da execução da tutela de urgência.....	166
6.8. Decisão Arbitral, Instâncias Revisionais e Coisa Julgada .....	168
6.9. Controle Judicial da Decisão Arbitral .....	175
6.9.1. Fundamentos e limites do controle judicial da decisão arbitral.....	175
6.9.2. Ação de nulidade da decisão arbitral .....	180
6.9.3. Impugnação da execução da decisão arbitral.....	183
6.9.4. Decisão arbitral e ação rescisória.....	189
6.9.5. Decisão arbitral e querela nullitatis insanabilis .....	191
6.9.6. Decisão arbitral e pretensão de quebra atípica da coisa julgada.....	192
6.10. Efeitos da Decisão Arbitral frente aos Terceiros.....	194
6.11. <i>Efeitos Anexos</i> à Decisão Arbitral .....	202
<b>Conclusões</b> .....	205
<b>Bibliografia</b> .....	217